

Revista da

FACED

Universidade Federal da Bahia



8

ISSN 1516-2907

Fisiologismo Político e Qualidade da Educação: desafiando o tempo

À Guisa de Resenha

Menandro Ramos

Doutorando em Educação

Professor Assistente da Faculdade

de Educação da UFBA

menandro@ufba.br

É curioso como algumas obras resistem à ação do tempo e insistem em manter-se atualizadas, com pouca ou quase nenhuma marca de obsolescência, salvo por das atualizações numéricas, o que é óbvio, ou pelo quadro de atores políticos de cada época, inevitavelmente ampliado e renovado. O pequeno livro denominado **“Fisiologismo Político e Qualidade da Educação”** de 129 páginas, escrito em 1988, por José Oliveira Arapiraca, sem dúvida é uma dessas obras. Mais do que nunca, merece ser lido não só por estudantes e educadores, mas por aqueles que almejam uma sociedade melhor e mais digna para todos. O zelo com que defende a coisa pública o transforma em um livro de cabeceira para os tempos atuais, principalmente numa época em que a denúncia de pagamento de propina mensal a parlamentares, o já notório “mensalão”, estarrece o País, ameaça a credibilidade de políticos até então vistos como sérios e atenta contra o projeto de democratização do País, tão tenazmente tecido e remendado.

Reunindo alguns dos seus artigos publicados na imprensa local, Arapiraca organiza o livro em duas partes. Na primeira, tece considerações a partir de construções/desconstruções do cenário educacional/político baiano e na segunda parte apresenta uma pesquisa realizada no “Catálogo das Escolas da Rede Estadual – Estado da Bahia – 1986” e nos “Cadastro de Estabelecimentos de Ensino Regular – 1986”, ambas as matrizes de responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em que mostra “o quanto o sentido patrimonialista do exercício do poder interfere no processo de formação da cidadania”, segundo ele próprio adverte.

Nesse livro, tendo a pretensão de fazer nos seus escritos um exercício político, e ele o faz de maneira magistral, Arapiraca crítica, dentre outras coisas, o imediatismo, a alienação nas suas mais diversas modalidades – a começar pela alienação política – a imposição da forma sobre o conteúdo, o mito do vitorioso, a veneração do “sabido” em detrimento da sabedoria e da probidade.

Não escapam do espírito aguçado de Arapiraca as tentativas de controle do comportamento humano através de expedientes e técnicas pedagógicas, ou da pedagogia da ordem, com objetivos de produzir indivíduos predeterminados, planejados e “educados”.

Antenado com a necessidade da Educação dos Educadores, ele ressalta, de maneira lúcida, que a aprendizagem humana não se dá de forma linear ou “numa relação linear funcionalista e sistêmica de causa e efeito; tampouco se dá ou se realiza numa engenharia da ‘ordem’; ela se dá por conflito do educando consigo mesmo e com o contexto”. Com desenvoltura, Arapiraca aborda temas relacionados ao poder público e às práticas da educação democrática que vão desde o combate às nomeações fraudulentas de apadrinhados e aparentados políticos às formas cidadãs de escolhas de dirigentes dos estabelecimentos públicos de ensino.

Ao todo são treze textos, assim denominados:

1. A pedagogia da ordem
2. A pedagogia por objetivos
3. A educação dos educadores
4. Educar ou reeducar: uma questão de prioridade social
5. O sentido da “confiança nos diretores da escola”
6. ICEIA: reduto da escola pública
7. A criação da universidade multicampi
8. UNEB: “o errado que vai dar certo”
9. O rebanho de “dona Carmem”
10. “Avenida Otávio Santos Magalhães Carneiro”
11. Nome de escola é nome de herói
12. Respeitem a educação, senhores políticos!
13. O exercício patrimonialista do poder e seus efeitos na construção da cidadania

Nesse último texto, Arapiraca aprofunda-se na análise do exercício patrimonialista e dos seus efeitos perversos. Com argúcia, atenta para os números gritantes do misto de bajulação e marketing político. Por exemplo, o jovem (e quase desconhecido na época) deputado Luiz Eduardo Magalhães dá nome a 16 escolas, disputando em pé de igualdade com educadores consagrados qual Anísio Teixeira e Carneiro Ribeiro, chegando a superar outros nomes bastante conhecidos da educação baiana, a exemplo de Isaías Alves e Luís Rogério. Nessa mesma pesquisa desvela um

grande número de políticos vivos - vivíssimos! -, além de secretários de Educação, parentes e aderentes, igualmente emprestando seus nomes a estabelecimentos públicos de ensino, a despeito da proibição legal: “É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencentes à União ou às pessoas jurídicas da Administração Indireta”. (Art. 1º, lei federal nº. 6.454 de 24/10/1977).

O nome do atual senador Antônio Carlos Magalhães é o grande campeão, denominando 163 escolas (os números são de 1988) e botando no chinelo um sem-número de vultos históricos, educadores, escritores e heróis de fato. Considerando denominar-se herói um ato de violência contra os instrumentos de delegação de poder, Arapiraca assim se manifesta no texto *Nome de escola é nome de herói*: “Será que muitos desses senhores que buscam perpetuarem-se atribuindo seus nomes a próprios públicos de existência permanente não se apercebem do escárnio que a história lhes espreita? Se disso não se apercebem, por certo estão confundindo gerações pelas deformações que causarão a estas crianças e adolescentes quando se descobrirem órfãos dos seus merecidos e esperados heróis”.

Arapiraca desnuda o artifício que libera o político vivaldino do investimento em publicidade paga com os próprios recursos. Através do expediente de denominar (ou aceitar o gesto bajulatório) com seu próprio nome praças, ruas, avenidas, escolas, hospitais, logradouros públicos - por conta própria acrescento aeroportos - o beneficiário tem, gratuitamente, seu nome imortalizado para a eternidade, com as vantagens decorrentes disso, que se estendem, inclusive, a seus familiares e descendentes. Não é à-toa que pais, filhos e netos de uma mesma estirpe ocupam, com frequência, o cenário político por décadas, beneficiando-se das benesses do poder e constituindo autênticos exemplares atualizados das grandes dinastias que a história registra.

Em tempo de ataques às instituições democráticas, através de práticas inescrupulosas por parte ou conivência daqueles que deveriam ser esteios morais; em tempo de CPIs que radiografam o caráter daqueles que foram investidos pelo voto para representarem os interesses públicos e do bem comum, mas que não representam senão seus próprios interesses e das *gangs* a que estão ligados; em tempo de total desconhecimento das fronteiras entre o público e o privado por parte daqueles que proclamavam

as virtudes da República, para locupletar-se de vantagens pessoais em detrimento da qualidade da educação, da saúde, dos investimentos sociais e da melhor condição de vida do País; em tempo de contra-reformas do Estado Brasileiro, com propósitos de solapar direitos dos trabalhadores arduamente conquistados e em tempo de tantos escândalos que povoam os noticiários, envolvendo homens públicos, a leitura desse grande legado intelectual de Arapiraca, consignado em pouco mais de uma centena de páginas, torna-se indispensável como forma de instrumentalização para a cidadania ameaçada.